

## Tarefas de educação financeira: uma revisão sistemática integrativa de artigos científicos brasileiros (2010-2020)

Fernanda de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
 Simone Damm Zogib<sup>2</sup>  
 Abimael Magno Ouro Filho<sup>3</sup>  
 Rafael Neves Almeida<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo geral analisar os artigos sobre tarefas de educação financeira, coletados nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, com recorte temporal de 2010 a 2020. Decorre de um estudo de natureza bibliográfica com base na metodologia da revisão sistemática integrativa, com as seguintes fases: identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa; critérios de exclusão e inclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos; análise e interpretação dos dados, por meio da estatística descritiva. Tem-se como resultado a ideia de que apesar da vasta disseminação do termo Educação Financeira, as produções científicas sobre tarefas de educação financeira começaram a ser produzidas de forma vagarosa e oscilante no ano de 2013, com maior foco nos anos iniciais do ensino fundamental e em tarefas que envolvam rodas de conversa, contação de história e exercícios matemáticos. Conclui-se que a educação financeira deve transcender a educação engessada e buscar uma educação focalizada na formação de educandos conscientes e autônomos financeiramente.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Revisão Sistemática Integrativa; Tarefas.

### *Financial education tasks: an integrative systematic review of brazilian scientific articles (2010-2020)*

**Abstract:** The general objective of this article is to analyze articles on financial education tasks, collected from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and Google Scholar databases, covering the period from 2010 to 2020. The bibliographic nature study was developed based on the integrative systematic review methodology, following these phases: identification of the topic and selection of the research question; exclusion and inclusion criteria; identification of pre-selected and selected studies; categorization of the studies; analysis and interpretation of the data through descriptive statistics. The results suggest that despite the widespread dissemination of the term Financial Education, scientific productions on financial education tasks began to be produced slowly and erratically in 2013, with a greater focus on the early years of elementary education and tasks involving discussion circles, storytelling, and mathematical exercises. It is concluded that financial education must transcend rigid education and seek an education focused on forming financially conscious and autonomous learners

**Keywords:** Financial Education; Integrative Systematic Review; Tasks

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: fernandaa.oliveiraa3008@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Linha de pesquisa: "Educação e Linguagens Matemática". Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: [simonedammzogaib@gmail.com](mailto:simonedammzogaib@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8513-2739>

<sup>3</sup> Doutor em Administração, pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: [abimaelmagno@academico.ufs.br](mailto:abimaelmagno@academico.ufs.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1308-9297>

<sup>4</sup> Doutor em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN-SP). Professor Adjunto do Departamento de Matemática do campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática (GEPEMAT). E-mail: [rafael@mat.ufs.br](mailto:rafael@mat.ufs.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3257-4506>

## Introdução

Ao considerarmos as problemáticas que abarcam a dificuldade financeira dos brasileiros, é notória a ausência da cultura do pensar e agir consciente ao deparar-se com questões financeiras corriqueiras, em virtude da persistente deficiência educacional sobre o mundo financeiro para além das intervenções pedagógicas norteadas exclusivamente para lidar com o dinheiro. Segundo Silva e Powell (2013), a educação financeira escolar é um campo de informações que permite aos estudantes serem introduzidos no mundo do dinheiro, incentivando-os a formar uma compreensão a respeito de finanças e economia, a partir de um processo sistemático de ensino, que os permitam tornarem-se capazes de analisar, fazer seus próprios julgamentos, ter posições críticas sobre as problemáticas financeiras, tanto pessoais quanto as que se relacionam com a família e sociedade. Nesse sentido, com a tomada de consciência da educação financeira escolar como essencial, torna-se importante estimular o processo de incentivá-la e introduzi-la no sistema educacional brasileiro.

Partindo desse pressuposto, de acordo com de acordo com o Decreto Federal nº 7.397 (Brasil, 2010) a primeira ação legislativa designada à implantação de políticas de incentivo à educação financeira emergiu com o Decreto Federal nº 7.397, emitido em 22 de dezembro de 2010, o qual instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária, cuja responsabilidade pelo estabelecimento de planos, ações e coordenar a execução do programa atribuiu-se ao Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Entretanto, essa medida foi revogada pelo Decreto Federal nº 10.393, datado de 9 de junho de 2020, que promulga uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira. Essa atual legislação, para além de fomentar a educação financeira e previdenciária, apresenta como finalidade o desenvolvimento da educação securitária e fiscal do país. Como também, estabelece a transferência de responsabilidade pela criação e implantação dos princípios da ENEF, divulgação das ações e comunicação entre as entidades públicas e privadas para o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBE) (Brasil, 2020).

De acordo com Oliveira, Pessoa e Vieira (2019), a criação da política pública intitulada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) promoveu o projeto Educação Financeira nas Escolas. Este projeto desenvolve materiais didáticos focados em tarefas para o ensino fundamental, permitindo a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. A educação financeira é vista como uma prática que facilita a compreensão de conceitos matemáticos e suas

aplicações em operações básicas, formando cidadãos financeiramente autônomos e preparados para lidar com as armadilhas do consumo.

Já no que diz respeito à análise das tarefas de educação financeira contidas nesses livros promovidos pela ENEF, os estudos desenvolvidos Oliveira, Pessoa e Vieira (2019) mostram que os contextos de ensino são transversais, abrangendo planejamento financeiro, economia doméstica, lucro, consumo consciente e tomada de decisão. Esse projeto, que aborda a educação financeira em várias facetas, é fundamental para a visibilidade e perpetuação da educação financeira no Brasil, servindo como um mecanismo importante na formação financeira dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, inclui a educação financeira como temática a ser introduzida nos currículos escolares do ensino fundamental e médio de todas as instituições de educação brasileira. Esse documento destaca a relevância do trabalho com o estudo de conceitos básicos de economia e finanças a partir da discussão de temáticas, como, taxas de juros, inflação, impostos e aplicações financeiras, o que representa uma interdisciplinaridade que envolve as dimensões sociais, culturais, políticas e psicológicas. (Brasil, 2018).

Desse modo, a partir da inclusão de assuntos a respeito dessa temática em um documento de caráter normativo como parte dos objetivos de aprendizagem, o saber financeiro adquire uma nova roupagem. O que anteriormente era considerado como discussão reservada aos familiares, contemporaneamente, situa-se em fase inicial de expansão e reconhecimento, em escala nacional, como necessário para o letramento econômico. Pois, de acordo com Zero (2019), a educação financeira tratava de uma temática tabu para o universo escolar, restrita aos adultos, economistas e especialistas. Entretanto, a sociedade se encontra em processo de percepção do ensino financeiro nas escolas como importante para aprendizagem sólida sobre a organização financeira. Assim, a educação financeira se torna fundamental para combater a alienação financeira promovida pelas mídias e para formar uma sociedade crítica e ativa em relação as finanças.

Segundo Oliveira, Pessoa e Vieira (2019), a educação financeira vem ganhando destaque como área de pesquisa, dada a necessidade de desenvolver estratégias para seu ensino em sala de aula. Com o aumento de iniciativas de organizações como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Central (BC) para promover a consciência financeira nas escolas, é crucial entender como essa educação está sendo implementada e compreender o desenvolvimento das tarefas aplicadas em sala de aula, cuja finalidade deve ser a formação do cidadão crítico e reflexivo frente às questões financeiras.

Assim, a educação financeira deve transcender ao modelo bancário de ensino (Freire, 1996), promovendo a análise crítica de contextos socioeconômicos e relacionando-se diretamente com as vivências dos alunos. Isso contribui para o desenvolvimento da cidadania e a criticidade,

ao passo que o sistema educacional tem a função de promover habilidades para o exercício responsável da cidadania. Assim, é fundamental formar a consciência do aluno por meio de conteúdos e tarefas contextualizadas, valorizando aspectos como a distinção entre valor e preço e cuidados dos brinquedos, seja em casa ou na escola, respeitando as especificidades de cada educando e seus conhecimentos prévios (D. Aquino, 2007).

Nesse sentido, para desenvolver as noções financeiras e a tomada de decisões conscientes, é de suma importância a promoção de tarefas com essa temática no contexto da sala de aula, na medida em que permitam fortalecer o conhecimento construído e promover a reflexão e o diálogo entre as próprias crianças e adultos a respeito dos problemas expostos. Em relação às tarefas, Margolinas (2013, p.10) afirma que elas “promovem atividades que proporcionam oportunidade de encontrar conceitos matemáticos, ideias, estratégias e também de usar e desenvolver pensamento matemático e modos de investigação”, as quais se traduzem em instrumentos fundamentais e indispensáveis para que se torne viável a concretude do processo de aprendizagem dos educandos. Neste estudo, referimo-nos a uma definição de tarefas no âmbito da matemática, pois, como apresentamos nas discussões e resultados deste texto, a maior parte das tarefas indicadas para o trabalho com educação financeira estavam relacionadas à área de matemática.

Vale ressaltar também que nos baseamos nas seguintes categorias: (1) Referência à matemática pura, (2) Referência à semi-realidade (3) Referência à realidade a partir de um cenário de investigação ou um paradigma do exercício, de Skovsmose (2000), da Educação Matemática Crítica, para balizar a discussão dos resultados encontrados sobre tarefas de educação financeira em nossa pesquisa.

Diante dessas considerações, para este artigo, nos concentramos em uma das perguntas da pesquisa, qual seja: quais as tarefas que se fazem presente nos artigos científicos sobre educação financeira, a partir da revisão sistemática integrativa realizada no recorte temporal entre 2010 e 2020? E, desse modo, tem-se como objetivo geral: analisar as tarefas sobre educação financeira do ensino básico, coletadas na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, a partir de uma revisão sistemática integrativa (2010-2020). E, como objetivos específicos: a) identificar as produções anuais sobre tarefas de educação financeira; b) indicar as etapas de ensino destinadas às tarefas; c) discutir a respeito das tarefas apresentadas nos artigos encontrados.

## Fundamentação teórica

As tarefas se fazem presente na realidade das instituições de ensino brasileiras, desenvolvidas das mais diversas formas a depender dos perfis dos alunos, sendo possível solicitar a produção de textos, resolução de exercícios, dinâmicas individuais e grupais, estruturando-se como elemento chave para a análise. Sobre isso, Margolinas (2013) aponta que as tarefas favorecem a formação do pensamento matemático a partir da construção de ideias, conceitos e questionamentos. Assim, a autora, caracteriza a tarefa como um artifício necessário para a concretização do ensino, mas que não se trata de atribuir ao educando a responsabilidade de aprender por conta própria.

Nesse sentido, a realização de tarefas faz parte do processo educativo, na medida em que é uma continuidade da aprendizagem de conceitos e estudos realizados dentro do contexto da sala de aula, a partir da troca de interação entre alunos e professores, o que representa uma reunião de saberes selecionados com base na relação com a realidade dos educandos e o conteúdo trabalhado em sala de aula. Assim, as tarefas constituem práticas cotidianas do universo escolar e podem diferir em relação as suas finalidades.

De acordo com Skovsmose (2000, p.7), “as práticas de sala de aula baseadas num cenário para investigação diferem fortemente daquelas baseadas em exercício”. Assim, para o autor, no paradigma dos exercícios, as práticas são formuladas a partir de uma autoridade externa à sala de aula, a qual tem como premissa a existência de apenas uma resposta correta, focalizada na ação mecânica de resolução dos exercícios, que se enquadra em uma educação matemática tradicional. Enquanto nos cenários de investigação, os alunos questionam, problematizam as informações dadas e propõem diversas soluções para aquele dado problema, sendo os próprios educandos que têm a autonomia e a responsabilidade de tomar decisões para resolução com uma ou mais respostas, ou quem sabe, sem possibilidade de encontrar soluções, os quais se situam em uma educação matemática crítica. Entretanto, para que sejam tarefas baseadas nos cenários de investigação é preciso que os alunos aceitem o convite para participar do processo de resolução.

Em complementação, Skovsmose (2000) aponta que as tarefas e questões matemáticas podem ser construídas e apoiadas em referências que são usadas para auxiliar os estudantes a produzirem os significados dos conceitos apresentados. São elencados três tipos distintos de referências pelo autor: (1) Referência à Matemática Pura, (2) Referência à Semi-realidade e (3) Referência à Realidade. A primeira diz respeito às tarefas matemáticas que envolvem somente conceitos puramente matemáticos; a segunda refere-se às tarefas que se baseiam na formulação

de uma situação artificial que não apresenta fatos da realidade vivenciada, mas de uma realidade criada; já a terceira, trata de tarefas que são desenvolvidas usando como referência os fatos, dados verdadeiros e informações verídicas.

Tais tarefas que são formuladas com base em qualquer uma dessas referências podem se circunscrever em um cenário para investigação ou em um paradigma do exercício; o que caracterizará a imersão em um cenário de investigação é o desenvolvimento de tarefas que permitem aos alunos a criação de questionamentos, de hipóteses e a experimentação. Já a inserção no paradigma do exercício se dá a partir de tarefas e práticas que o único objetivo é a resolução com as informações dispostas na tarefa (Skovsmose, 2000). Desse modo, podemos encontrar tarefas com base em referência à matemática pura, à semi-realidade e à realidade apoiadas tanto em um cenário para investigação como em um paradigma do exercício.

Nesse contexto, Skovsmose (2000) enfatiza a latente urgência de inserir os cenários de investigações a partir de tarefas com base na referência à realidade em sala de aula, pois permitem o envolvimento ativo e significativo do aluno em seu próprio processo de aprendizagem, o enfraquecimento do autoritarismo do educador na sala de aula tradicional, bem como favorecem a construção de reflexões e da criticidade sobre a matemática e as suas aplicações. Assim, defende a necessidade do diálogo entre professor e aluno para encontrar um caminho entre os ambientes de aprendizagens com base nos cenários de investigação em busca do desenvolvimento das tarefas que se assentem na construção de uma matemática crítica.

Em consonância com as ideias apresentadas por Skovsmose (2000), é possível de forma análoga, pensar sobre as práticas em sala de aula e as tarefas sobre educação financeira. É essencial que o educador, a partir da compreensão da realidade dos educandos, da avaliação das dificuldades e necessidades da turma e, a partir dos conhecimentos prévios para a construção de novos saberes proceda à seleção das tarefas financeiras. As ações educativas que não promovem a reflexão, posições críticas e a análise consciente dos contextos de consumo precisam ser reestruturadas. Enquanto, aquelas tarefas direcionadas ao desenvolvimento da autonomia, tomada de decisões financeiras e interação com as vivências dos educandos precisam estar presentes nas práticas educativas de maneira significativa. Pois, conforme Lorenzato (2019), a prática educativa é um eterno recomeçar, tornando-se necessário planejar sistematicamente o trabalho de sala de aula por meio da seleção atenta e rigorosa de tarefas contextualizadas, a partir do reconhecimento das necessidades e das possíveis modificações e adaptações, com intuito de promover problemas e desafios que permitam ao educando exprimir ideias e sentimentos, e procurar explicações e soluções.

Nesse sentido, o enriquecimento da ação pedagógica para além da transmissão do conteúdo de educação financeira articula o ensino de noções financeiras ao uso de tarefas no ambiente escolar, essas últimas planejadas a partir dos contextos financeiros que circundam o cotidiano do educando para o fortalecimento das aprendizagens adquiridas. Pois, segundo Hofman e Soares (2010), a educação financeira implica a conjunção de conhecimentos e conceitos propriamente econômicos, como também, matemáticos, sociais, legais e psicológicos, cuja aprendizagem se concentra na interação empírica, mediante o contato que o sujeito tem com situações econômicas no cotidiano. E, por isso, a inserção de elementos da educação financeira em sala de aula requer uma preocupação com o ensino das noções econômicas de forma mais didática e pedagogicamente mais adequada.

## **Metodologia**

O estudo de natureza bibliográfica desenvolveu-se a partir da revisão sistemática integrativa, um método que exige etapas assertivamente estabelecidas e bastante definidas, utilizado por pesquisadores tanto da área da saúde quanto da educação para descrever o estado da arte de uma determinada temática. A revisão sistemática integrativa contribui para esse trabalho na medida que possibilita ao pesquisador a se aproximar da problemática ao traçar um panorama sobre sua produção científica, o que permite conhecer a evolução do tema no transcorrer do tempo e identificar as possíveis oportunidades de pesquisa (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). O desenvolvimento da pesquisa seguiu a descrição das fases proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011), sendo elas: a identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa; estabelecimentos dos critérios de exclusão e inclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos dados; e, por fim, a apresentação da revisão e síntese do conhecimento, como explicita a figura 1 a seguir.

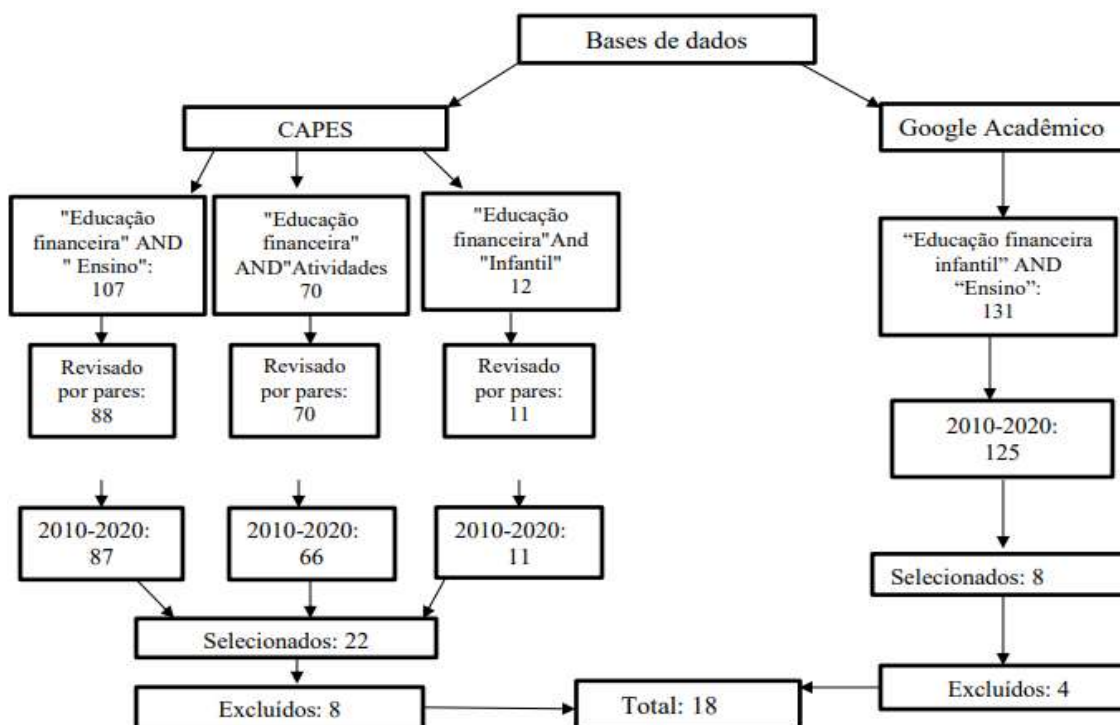
Figura 1 - Desenho metodológico da revisão integrativa.



Fonte: produção dos autores.

A seguir, a figura 2 indica a síntese desse refinamento em ambas as bases de dados, dos filtros utilizados e respectivas quantidades de produções científicas.

Figura 2: Fluxograma da coleta dos artigos



Fonte: produção dos autores.



A primeira base de dados selecionada para coletar os estudos foi o Portal de periódicos CAPES, devido a sua relevância e a possibilidade de acesso ao conteúdo assinado, através do acesso autorizado pela Universidade Federal de Sergipe, o que permite encontrar produções científicas nacionais sobre o tema. Após a identificação do tema e seleção da questão problema da pesquisa, realizamos o levantamento dos artigos com os descritores: “Educação financeira” AND “Ensino”, sendo encontrado 107 artigos, “Educação financeira” AND “Atividades”, com 70 artigos, “Educação financeira” AND “Infantil”; com um total de 12 trabalhos.

Logo em seguida, a etapa de refinamentos, por meio da utilização de critérios de inclusão, que se dão a partir da seleção de somente artigos, em periódicos revisados por pares, com recorte temporal entre 2010 e 2020; e os critérios de exclusão como: as produções anteriores a 2010, dissertações, teses, livros e monografias. Desse modo, quanto ao primeiro descritor ficaram 87 artigos, no segundo, um total de 66 trabalhos e no terceiro descritor, 11 produções.

Na etapa de identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, houve a leitura dos títulos e resumos dos artigos, dos quais muitos não se relacionavam com a temática do problema de pesquisa, tratando do ensino e importância da educação financeira, de um modo geral. Desse modo, foram selecionados 22 artigos. Entretanto, logo após a leitura completa dos artigos, foi possível perceber o distanciamento de algumas produções da temática em questão, pois não apresentavam tarefas a serem aplicadas em sala de aula, e foram excluídos 8 artigos, totalizando, para análise final, 14 produções.

A segunda base de dados foi o Google Acadêmico, em razão da pequena quantidade de produções encontradas no Portal de Periódicos CAPES. Realizamos a coleta dos artigos com os descritores. “Educação financeira infantil” AND “Ensino”, com um quantitativo de 140 artigos. O motivo pelo qual não se utilizou os demais descritores foi a ausência de resultados significativos para desenvolver o problema de pesquisa. Seguimos para a etapa de refinamentos, por meio da utilização de critérios de inclusão, sendo selecionados artigos no período abrangido entre 2010 e 2020, resultando em 125 produções.

Passamos para a etapa de identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados. Nesta fase, houve a leitura dos títulos e resumos dos artigos, os quais muitos não discutiam a temática de pesquisa, tratando-se apenas sobre ensino e importância da educação financeira, sendo selecionados apenas 8 artigos e, logo após, a leitura completa dos artigos, os quais foi possível notar a ausência de relação com a temática em questão, pois não apresentavam tarefas a serem aplicadas em sala de aula, foram excluídos 4 artigos e material de análise 4 produções. Além disso, é válido destacar que quando, no levantamento dos artigos em ambas bases de dados, houve

duplicação dos artigos, considerou-se apenas o trabalho inerente à primeira base de dados pesquisada, resultando em um total de 18 artigos a serem analisados.

No que diz respeito as categorias de análise, Bandara, Miskon e Fielt (2011), ao propor uma abordagem para extrair e analisar artigos presentes na literatura, apontam para a necessidade de definir claramente e previamente as categorias que serviram de para subsidiar a análise posteriormente, com intuito de garantir que nenhuma informação seja negligenciada. Nesse sentido, o presente trabalho elencou como categorias de análise dos dados a periodicidade, revistas, principais autores e a descrição das tarefas. Bem como, as categorias de análise baseadas em Skovsmose (2000): (1) Referência à matemática pura, (2) Referência à semi-realidade (3) Referência à realidade a partir de um cenário de investigação ou um paradigma do exercício.

### **Análise e discussões dos resultados**

Esta seção consiste na apresentação dos resultados encontrados e respectivas análises. Desse modo, caracterizamos de modo geral o conjunto de artigos selecionados, apresentando seus autores, títulos dos trabalhos e revistas publicadas. Também categorizamos os estudos por etapas de ensino e identificamos as tarefas apresentadas pelos pesquisadores para o trabalho com educação financeira.

O quadro 1 sintetiza as informações a respeito dos títulos, autores e ano de publicação dos artigos coletados.

Quadro 1: Relação dos artigos selecionados e os respectivos autores

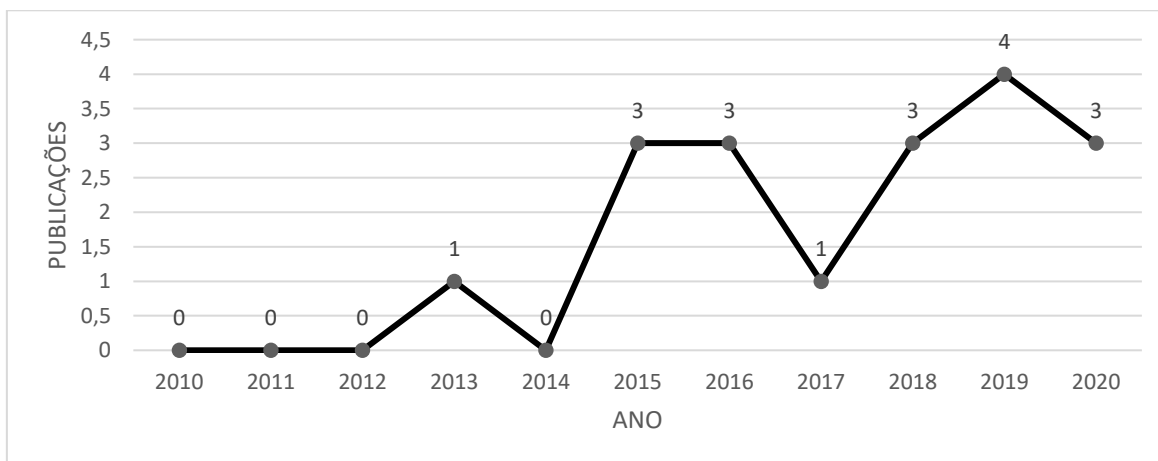
Título	Autores e ano
Educação financeira: entendimentos de inflação em uma turma de 9º Ano do Ensino Fundamental	Alimansa e Mariani (2019)
Nico: Aplicativo para auxiliar na educação financeira de crianças do ensino fundamental	Alves, Pontes e Tomazela (2017)
Interligando educação financeira e matemática no ensino básico: proposta didática para o 4º ano	Bettencourt e Fonseca (2019)
A produção de significados de estudantes do 1º ano do ensino	Cabral e Silva (2013)
Educação financeira escolar: desenvolvimento de um plano educacional	Campos e Silva (2015)
Educação financeira em situações de ensino e aprendizagem: momentos de reflexão	Carvalho <i>et. al</i> (2019)
Aprendizagem colaborativa no desenvolvimento de projetos para o ensino de matemática financeira	Costa e Junior Silva (2019)
Um olhar para a educação financeira: um projeto no ensino fundamental I	Costa, Oliveira e Sousa (2018)
Uma proposta didática para o desenvolvimento da temática educação financeira	Dias e Olgin (2018)

Educação financeira: forma criativa de educar	Fernandes, Mariano e Santos (2020)
Ensinando economia para as crianças: os contos infantis como instrumento de letramento econômico	Hofmann e Soares (2015)
Educação financeira para crianças: relato de experiência de um projeto de extensão	Ikuta <i>et. al.</i> (2016)
Educação financeira: sequência didática com o aplicativo Minhas Economias	Lavor, Moura e Ramos (2020)
Educação financeira infantil: brincando com o dinheiro	Lima <i>et.al.</i> (2018)
Educação financeira nas escolas públicas: uma abordagem matemática e social.	Nascimento (2020)
Educação financeira: uma proposta pedagógica para os alunos do ensino Médio Politécnico	Rebello e Rocha Filho (2015)
Educação financeira: uma proposta desenvolvida no ensino fundamental	Scolari e Scolari (2016)
Educação financeira como prática pedagógica	Silva (2016)

Fonte: Produção dos autores

Apresentamos, no gráfico 1 a seguir, um quantitativo de produções anuais entre 2010 e 2020 de artigos a respeito das tarefas de educação financeira, disponíveis de forma online na CAPES e Google Acadêmico.

Gráfico 1: Publicações dos artigos por ano



Fonte: Produção dos autores.

No Brasil, o pensar as relações financeiras para além de uma questão discutida e tratada entre grupos minoritários e estruturá-las como uma temática intimamente ligada às práticas cotidianas dos cidadãos, como possibilidade de adaptação às especificidades dos indivíduos em fase escolar, a partir da formulação de um ensino sistemático e organizado do contexto da sala de aula, teve início de forma bastante tardia. Isso porque o termo educação financeira apenas se popularizou amplamente por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em

2010 (Assis; Coutinho; Gordiano, 2019). Por isso, apesar da disseminação do termo, as produções científicas em torno das tarefas de educação financeira começaram a ser produzidas de maneira vagarosa e oscilante no ano de 2013.

Em 2014, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) iniciou a elaboração da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. Em virtude disso, o aumento de produções entre 2015 e 2016 pode ser explicado como iniciativas voltadas para discussão e incentivo à introdução da educação financeira como tema obrigatório no sistema educacional a partir das discussões em torno da elaboração da BNCC. Pois, como é destacado em Campos e Silva (2015, p. 2) “queremos sinalizar a possibilidade de abordar a Educação Financeira Escolar como um tema transversal no currículo de Matemática da Educação Básica”.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) incluiu a educação financeira como obrigatória nas instituições escolares. A educação financeira passou a constituir-se como um tema transversal e interdisciplinar a se fazer presente nas intervenções pedagógicas de todas as escolas brasileiras. Nesse sentido, a partir dessa obrigatoriedade, o pequeno aumento de publicações de 2018 a 2020 sobre tarefas, após a queda de produções no ano de 2017, pode ser justificado por essas produções que apresentam subsídios teóricos e didáticos para o trabalho com a educação financeira, oferecendo também suporte à formação de professores nesse sentido. Dessa forma, é possível perceber que, mesmo após a obrigatoriedade do ensino da educação financeira nas escolas e algumas medidas de incentivos ao ensino financeiro, ainda são poucas produções de trabalhos científicos que discutam a temática.

Conforme o quadro 2, apresentamos o quantitativo de artigos por revista e sua classificação no Qualis Periódicos, conforme indicação da própria revista.

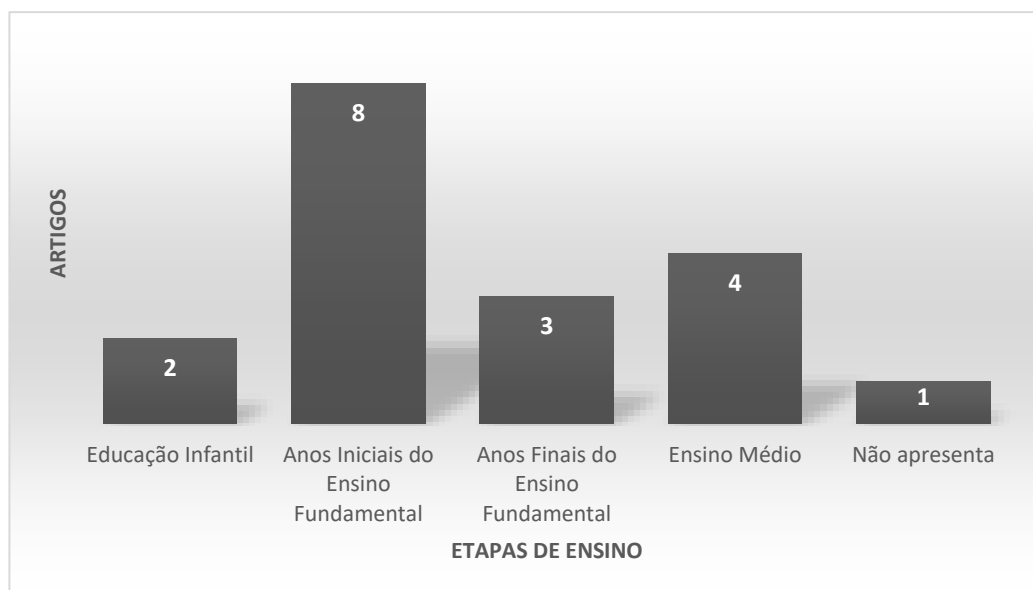
Quadro 2 - Número de artigos por periódicos e seus *Qualis*

Periódicos	Qualis	Artigos
Revista Educação e Cultura Contemporânea	A2	1
Tangram- Revista de Educação Matemática	A4	1
Revista de Investigação e Divulgação em Educação	A4	3
Eventos Pedagógicos	B1	1
Educação Matemática Pesquisa	B1	2
Holos	B2	1
Revista Facet Zona Sul	B2	1
Caminhos aberto: Revista de extensão do IFSC	B4	2
Perspectiva da Educação Matemática	B4	1
Sapiens- Revista de Divulgação Científica	B4	1
EM TEIA- Revista de Educação Matemática e Tecnológica	B5	1
Rematec- Revista de Matemática, Ensino e Cultura	C	1
Unificada	Sem qualificação	1
ETIC	Sem qualificação	1

Fonte: produção dos autores.

Entre os 18 artigos analisados, 11 foram publicados em diferentes revistas. A Revista de Investigação e Divulgação em Educação, com Qualis A4, destaca-se por ter o maior número de publicações sobre educação financeira, somando um total de 3 artigos. Esta revista, criada em 2017, é uma publicação do Programa em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), criada em 2017 e tem como objetivo divulgar investigações científicas em Educação Matemática, sejam elas em andamento ou concluídas. Ela promove a interação entre professores, pesquisadores e estudantes sobre o ensino matemático e adota uma política de acesso livre e gratuito para democratizar o conhecimento. Entre as revistas com classificação Qualis, 3 ocupam a categoria A, indicando maior relevância nas publicações. Há 8 artigos publicados em revistas de classificação B e 1 em revistas de Qualis C. Para além disso, ao analisar os periódicos selecionados com os artigos sobre o tema, constatamos que eram da matemática, da educação e da educação matemática.

Por meio do gráfico 2, apresentamos a quantidade de artigos analisados por etapas de ensino.



Fonte: produção dos autores.

É notório a maior produção de tarefas direcionada a etapa dos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º, posteriormente, o ensino médio com um total de 4 artigos. Os anos finais do ensino fundamental, do 6º ano ao 9º ano e, por fim, a educação infantil, de zero a 5 anos de idade. As tarefas desenvolvidas para os alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentavam maior prevalência de tarefas que procuravam desenvolver noções administrativas, conscientização dos problemas ambientais gerados a partir do consumo exacerbado e tomada de decisões, em comparação ao ensino de conceitos matemáticos, os quais aparecem de forma

reduzida, detendo-se a assuntos sobre razão, juros simples e as operações matemáticas. Enquanto nas tarefas destinadas ao ensino médio, além de desenvolver as ideias de administração financeira também focalizavam de maneira significativa em apresentar conceitos matemáticos, como, diferença entre juros simples e composto, aumento e descontos percentuais, juros mensais e anuais e resoluções de exercícios matemáticos.

Os dados que constituem o quadro 3 mostram a quantificação e a identificação das tarefas encontradas nos artigos analisados.

Quadro 3. Quantidade e identificação das tarefas

Tarefas	Artigos
Discussões/ Rodas de conversas	13
Contaçon/ leitura de histórias	8
Exercícios matemáticos	7
Escrita de textos/ Cartazes	5
Planilhas	5
Feiras/ Simulações de compras	4
Vídeos/ Filmes	4
Confecção de matérias	4
Orçamentos	3
Idas ao mercado	3
Jogos físicos	2
Aplicativos financeiros	2
Visitas online a lojas	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise das tarefas presentes nos artigos permite estabelecer uma relação com o conceito de Skovsmose (2000) sobre o desenvolvimento de práticas e tarefas que usam como referência à matemática pura, à semi-realidade e à realidade, baseadas em cenários de investigação ou no paradigma do exercício. Nesse contexto, identificamos nos artigos a presença de tarefas com referência à realidade com base em cenários para investigação. Um exemplo disso é o artigo intitulado “Educação financeira: entendimentos de inflação em uma turma de 9º Ano do Ensino Fundamental” (Alimansa; Mariani, 2019) que demonstra o desenvolvimento de um projeto com tarefas aplicadas na disciplina de matemática.

Em uma das tarefas, apresenta-se dados coletados no município de Agudo/RS sobre o custo da cesta básica e solicita-se a elaboração de discussões sobre a relação entre inflação e valores dos itens que compõem a cesta básica. Em outra, encontra-se textos informativos sobre Inflação de Demanda baseada nos itens sazonais alimentícios com argumentos do IBGE e solicita-se um debate a respeito dos possíveis motivos e reflexos na vida da população com o aumento do valor da cesta básica. Essas tarefas foram desenvolvidas com referência a realidade e com base

em um cenário para investigação na medida em que são formulados com a utilização de dados reais e possibilita ao estudante a criação de hipóteses e argumentação que permite o desenvolvimento de um ensino destituído de autoritarismo e uma aprendizagem contextualizada para além do conhecimento conceitual, nesse caso, de inflação (Skovsmose, 2000).

Em contrapartida, a análise dos artigos revela a ausência de tarefas com referência à realidade com base no paradigma do exercício, as quais também se utilizam de fatos verídicos em sua formulação, mas se apoiam na exigência de respostas exatas, sem a devida problematização e relação com outros aspectos que envolvem o contexto posto em questão.

Verificamos a existência de tarefas formuladas com referência a semi-realidade baseadas tanto nos cenários para investigação como no paradigma do exercício. No artigo intitulado “Interligando educação financeira e matemática no ensino básico: proposta didática para o 4º ano” (Bettencourt; Fonseca, 2019), uma das tarefas matemáticas demonstra um cenário artificial onde a personagem fictícia deseja comprar uma mochila utilizando o dinheiro acumulado semanalmente de sua mesada. Entretanto, depara-se com um dilema financeiro ao perceber que não possui o valor necessário para comprá-la. Então, a tarefa, ao apresentar o valor da mochila e o valor total do dinheiro acumulado em nove semanas, solicita que o aluno identifique quanto a personagem ganha por semana e quanto precisa acumular para comprar a mochila. Em outra, também existe um cenário artificial onde a personagem fictícia tem interesse em comprar uma bicicleta. No entanto, depara-se com um impasse financeiro ao notar que gastou suas economias e precisa encontrar uma forma para adquirir o dinheiro. Com isso, a tarefa questiona como acumular o dinheiro necessário para comprar a bicicleta e qual seria a melhor opção de compra.

Assim, o desenvolvimento de ambas tarefas se apoia na referência a semi-realidade ao apresentar informações e dados em um cenário artificial que se constitui uma realidade criada. No entanto, a primeira se enquadra em um paradigma do exercício, pois exige apenas o cálculo com valores específicos com uma única resposta correta, sem inferir a possibilidade de questionamentos adicionais. Enquanto, a segunda tarefa apresenta um cenário para investigação ao propor a reflexão e criação de diferentes estratégias para acumular o dinheiro e a argumentação sobre a melhor opção de compra.

Por fim, ressaltamos ausência de tarefas que se fundamentam na referência à matemática pura baseadas nos cenários para a investigação e no paradigma do exercício, pois nenhuma tarefa se restringe, por exemplo, à apresentação de números para resolução de cálculos sem antes destacar em seu enunciado um contexto artificial (semi-realidade) ou dados verídicos (realidade).

Diante dessa análise, pontua-se a necessidade de priorizar tarefas que se encontram no cenário para investigação, pois apresentam a intencionalidade educativa de promover um

engajamento e envolvimento, sedimentar um aprendizado contextualizado, desenvolver competências práticas a serem aplicadas no cotidiano, a habilidade de pensamento reflexivo e crítico em relação as questões que envolvem os contextos financeiros que as crianças vivenciam diretamente. Tal constatação ressalta a responsabilidade do educador durante o processo de ensino de buscar e elaborar antecipadamente tarefas que contemplam os cenários de investigação, na medida em que “o ensino inclui a seleção, modificação, desenho, sequenciamento, instalação, observação e avaliação de tarefas.” (Margolinas, 2013, p.11).

Em complementação a discussão, é válido frisar que mesmo existindo a presença de um mesmo tipo de tarefa em artigos distintos, elas são desenvolvidas de formas variadas. A exemplo disso, a tarefa mais usada é discussão e debate, no entanto, ela é promovida no contexto da sala de aula a partir de diferentes temas, tais como, a importância do dinheiro, formas administrá-lo e usá-lo de maneira consciente ou apenas através de questionamentos para identificar os conhecimentos prévios dos educandos a respeito do conhecimento financeiros (Ikuta *et.al.*, 2016; Costa; Oliveira; Sousa, 2018; Ramos; Moura; Lavor, 2020; Alimansa; Mariani, 2019; Carvalho *et.al.*, 2019; Costa; Silva Júnior, 2019; Rebello; Rocha Filho, 2015; Scalari; Grando, 2016), enquanto em outros artigos, a discussão se faz por meio da contação/leitura de histórias (Silva, 2016; Lima *et.al.*, 2018; Cabral; Silva, 2013; Hofmann; Soares, 2015; Dias; Olgin, 2018).

Também é indicado, no quadro 3, a realização de tarefas de simulações de compras/feiras e idas ao mercado. Essas tarefas são desenvolvidas de formas distintas, as simulações de compras/feiras são realizadas a partir da venda de produtos domésticos, comidas, brinquedos, cartazes confeccionados pelos educandos, com intuito de incentivar o empreendedorismo e concretizar as aprendizagens a respeito da administração financeira (Silva, 2016; Lima *et.al.*, 2018; Rebello; Rocha Filho, 2015; Scalari; Grando, 2016), enquanto as idas ao mercado foram direcionadas para a coleta e monitoramento dos valores dos produtos utilizados pelos alunos em seus ambientes familiares, com o objetivo de identificar as variações de preços e compará-lo (Costa; Silva Júnior, 2019; Rebello; Rocha Filho, 2015; Scalari; Grando, 2016).

Ademais identificamos diversas tarefas que orientam a formação do educando ativo, ou seja, agente atuante na construção do próprio conhecimento financeiro. Por exemplo, uma tarefa proposta por Dias e Olgin (2018) envolve a criação de orçamentos. Nesta atividade, os alunos devem coletar informações sobre as contas pendentes, os gastos essenciais e a renda mensal no ambiente familiar. A partir desses dados, cada aluno desenvolve um orçamento baseado em suas necessidades individuais, promovendo uma análise crítica das finanças familiares. Outra tarefa apresentada por Fernandes, Mariano e Santos (2020) é um jogo de tabuleiro chamado Plancash. Este jogo apresenta diferentes caminhos que dependem das decisões tomadas pelos alunos.



Durante o jogo, os alunos refletem sobre situações-problema, seguem dicas financeiras e enfrentam situações em que precisam receber ou dar dinheiro aos demais jogadores.

No que diz respeito às tarefas com o uso de tecnologias, é notável que a tecnologia tem se difundido amplamente na sociedade. Inicialmente desenvolvida para auxiliar em guerras, foi gradualmente introduzida nas tarefas cotidianas e nas esferas sociais de todos os indivíduos, tornando-se uma ferramenta primordial e indispensável para a vida em sociedade (Ferrete; França; Gouy, 2010). Isso ressalta a necessidade de integrar a tecnologia no campo educacional, por meio do desenvolvimento de tarefas utilizando Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), como aplicativos educativos, smartphones e tablets, para potencializar o ensino e a aprendizagem dos conteúdos (Ferrete; Marcondes, 2020).

Tendo em vista esse crescimento e a relevância das tecnologias para os indivíduos e no contexto da sala de aula, as tarefas relacionadas à educação financeira ainda carecem de aparatos tecnológicos em seu desenvolvimento. No quadro apresentado anteriormente, observa-se uma quantidade limitada de artigos que indicam o uso de tarefas com ferramentas tecnológicas, embora haja uma pequena variedade de tarefas com tecnologia. A tarefa mais comum, nesse contexto, foi a construção de planilhas pelos próprios alunos, mencionada em um total de cinco artigos (Nascimento, 2020; Ikuta *et.al.*, 2016; Costa; Silva Júnior, 2019; Dias; Olgin, 2018; Rebello; Rocha Filho, 2015). Em seguida, aparecem os aplicativos financeiros Minhas Economias e Nico, que oferecem dicas financeiras e permitem o controle de gastos, ganhos e economias, indicados em apenas dois artigos (Ramos; Moura; Lavor, 2020; Alves; Pontes; Tomazela, 2017). Logo depois, vêm os jogos online e as visitas virtuais às lojas (Nascimento, 2020).

No que se trata das tarefas que englobam o uso de filmes e vídeos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) propõe, no parágrafo 6º do artigo 26, que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas mensais”. Apesar dessa obrigatoriedade no Brasil, percebe-se a existência de poucas tarefas pensadas para a transmissão de filmes nacionais sobre a temática de educação financeira, sendo abordada em apenas quatro artigos analisados. (Silva, 2016; Alimansa; Mariani, 2019; Rebello; Rocha Filho, 2015; Scolari; Grando, 2016) as quais destacaram a transmissão de filmes, como, “Até que a morte nos separe” e documentários que retratam a inflação nos anos 80 e 90.

Constatamos também que a maior parte das tarefas encontradas para o trabalho com a educação financeira são relacionadas a conceitos matemáticos e desenvolvidas nas aulas de matemática. Essa observação evidencia a necessidade de entender e pensar a educação financeira

como um tema transversal que deve perpassar por todas as áreas de conhecimento do currículo escolar com o intuito de promover uma aprendizagem enriquecedora e significativa e dos saberes financeiros em diferentes contextos e disciplinas (Brasil, 2018)

Desse modo, de acordo com Lorenzato (2019), as aulas de matemática frequentemente se resumem a instruções e cálculos mecânicos em busca de respostas exatas, esquecendo-se da importância dos erros cometidos e dos caminhos para construções do saber. Por isso, é necessário um fazer pedagógico baseado na exploração matemática, direcionado as trocas entre alunos e professores, incentivando o protagonismo do educando e a possibilidade de questionamentos e problematização dentro do contexto de aula.

## **Conclusão**

A educação financeira no contexto brasileiro necessita do incentivo a inserção de tarefas no ambiente escolar que transcenda ao modelo ensino de transmitir conceitos matemáticos de juros simples e composto e a mera de resolução de cálculos, em busca de uma educação financeira de criticidade e reflexão a partir de tarefas que façam os estudantes a mergulharem nas problematizações econômicas que os circundam para uma construção gradativa de um olhar aguçado para questionar, argumentar e compreender desde a fase mais elementar da escolarização. As tarefas expostas no presente trabalho devem ser aplicadas, adaptadas a realidade de cada turma, continuamente trabalhadas na sala de aula, como também, inventadas e reinventadas pelos professores e próprios alunos durante a dinâmica de troca de aprendizagens no decorrer para aulas, para assim formar cidadãos conscientes financeiramente.

Para além disso, a educação financeira no Brasil se constitui como um palco de conflitos cujo um dos impasses é a inconstância de estudos científicos que busquem iniciativas de sua ampliação nas instituições de ensino, devido a ínfima quantidade de publicações sobre tarefas de educação financeira desde a chegada do terno em território nacional, o que leva a concluir que há uma persistência falha em promover a educação financeira para todos. Ao passe que ela se caracteriza como um elemento de inclusão social que permite o cidadão a refletir sobre sua própria realidade econômica e da sociedade como um todo, levando-o a entender sobre pobreza, mapa da fome, endividamento, problemas estes que abarcam o Brasil. Desse modo, tendo em mente a importância da educação financeira, deve-se existir a introdução da educação financeira crítica dentro dos muros de todas as escolas.

Por fim, enfatizamos que o presente trabalho apresentou como limitação a pequena quantidade de artigos encontrados nas diferentes bases de dados para análise a respeito do tema

em questão. E apresenta como perspectivas futuras a investigação sobre educação financeira em livros didáticos a partir da pesquisa documental.

## Referências

ALMANSA, Suziane Dias; MARIANI, Rita de Cássia Pistóia. Educação financeira: entendimentos de inflação em uma turma de 9º Ano do Ensino Fundamental. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 85–104, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2018v21i2p085-104>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ALVES, Danilo Cardoso; PONTES, Aldo Nascimento; TOMAZELA, Maria das Graças Junqueira Machado. Nico: aplicativo para auxiliar na educação financeira de crianças do ensino fundamental. **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, v. 4, n. 1, p. 19–31, 2017. Disponível em: <https://www.revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/125>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva; GIODARNO, Cassio Cristiano. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 3, p. 1- 20. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442>. Acesso em: 20, jul. 2021.

BETTERCOURT, Mariana Costa; FONSECA, Lina Maria Dias. Interligando educação financeira e matemática no ensino básico: proposta didática para o 4.º ano. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, v. 3, n. 2, p. 59–71, jul./dez. 2019, Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-4673.2019.v3.29909>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa em estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n.11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BANDARA, Wasana; FIELT, Erwin; MISKON, Suraya. A systematic, tool-supported method for conducting literature reviews in information systems. **Conference paper**, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/221409380\\_A\\_systematic\\_tool-supported\\_method\\_for\\_conducting\\_literature\\_reviews\\_in\\_information\\_systems](https://www.researchgate.net/publication/221409380_A_systematic_tool-supported_method_for_conducting_literature_reviews_in_information_systems). Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm). Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 10.393, de 9 de junho de 2020. Promulga uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jun. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm). Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 Jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Acesso em: 28. Jul. 2021.

CAMPO, Marcelo Bergamini; SILVA, Amarildo Melchiades. A produção de significados de estudantes do 1º ano do ensino fundamental sobre algumas tarefas de educação financeira. **Perspectiva da educação matemática**, v. 7, n. 14, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/885>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CAMPOS, Marcelo Bergamini.; SILVA, Amarildo Melchiades. Educação financeira escolar- o desenvolvimento de um plano educacional. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 6, n. 2, p. 1–18, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2256>. Acesso em: 24 dez. 2020.

CARVALHO, Luiz Felipe Gonçalves, et.al. Educação Financeira em Situações de Ensino e de Aprendizagem: Momentos de Reflexão. **Tagram - Revista de Educação Matemática**, v. 2, n. 3, p. 03–15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/tangram.v2i3.8860>. Acesso em: 30 abr. 2021.

COSTA, Fernanda Bevilaqua; OLIVEIRA, Sônia Maria; SOUSA, Luciano Dias. O Olhar Da Criança Para a Educação Financeira: Um Projeto No Ensino Fundamental I. **SAPIENS-Revista de divulgação científica**, v. 1, n. 2, out. 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3569>. Acesso em: 24 dez. 2020.

COSTA, Liliana Manuela Gaspar Cerveira; SILVA JUNIOR, João Domingos Gomes. Aprendizagem colaborativa no desenvolvimento de projetos para o ensino de matemática financeira. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, v. 3, n. 2, p. 22–38, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-4673.2019.v3.29382>. Acesso em: 30 abr. 2021.

D'Aquino, C. **Educação financeira: como educar seu filho**. São Paulo: Elseiver. 2007.

DIAS, Carolina Rodrigues; OLGIN, Assis. Uma proposta didática para o desenvolvimento da temática educação financeira. **REMATEC**, v. 13, n. 28, p. 43–54, 2018. Disponível em: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2018.n 28.p%id 134. Acesso em: 30 abr. 2021.

FERNANDES, Carolina Martins; MARIANO, Kathleen Diniz.; SANTOS, Juliana Casarotti Ferreira. Educação financeira infantil: forma criativa de educar. **ETIC**, v. 16, n. 16, 2020. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8828/67650332>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FERRETE, Anne Alilma Souza; FRANÇA, Lilian Cristina Monteiro; GOUY, Guilherme Barbosa. **Sala de aula virtual: análise de um espaço vivido na EaD**. In. FRANÇA, Lilian Cristina Monteiro

FERRETE, A. GOUY, G. Educação a Distância: ambientes virtuais, TIC e universidades abertas. Aracaju- SE: Editora Criação, 2010, p 4- 52. (Coleção temas contemporâneos). E-book. Acesso: 24 de Abr. de 2021.

FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; MARCONDES, Rosana Maria Santos Torres. Tecnologia digital de informação e comunicação e metodologias ativas na personificação do ensino de redação. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.7, n.6, p. 207-220, Mar. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2314>. Acesso em: 03 Maio. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRANDO, Neiva Ignês; SCOLARI, Lidinara Castelli. Educação Financeira : Análise De Uma Proposta Desenvolvida No 7º Ano No Ensino Fundamental. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 671–695, 2016, Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/22477>. Acesso em: 16 fev. 2021.

HOFMANN, Ruth Margareth.; SOARES, Maria Tereza Carneiro. Ensinando economia para crianças: os contos infantis como instrumento de letramento econômico. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 12, n. 29, p. 160–186, 2015. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/589/771>. Acesso em: 22 dez. 2020.

LAVOR, Otávio Paulino; MOURA, Patrícia de Souza; RAMOS, Maria do Socorro Ferreira. Educação financeira: sequência didática com o aplicativo Minhas Economias. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, v. 4, n. 1, p. 1–19, jan./dez.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-4673.2020.v4.32047>. Acesso em:30 abr. 2021.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. In: Aos professores de educação infantil. 3ª ed. São Paulo: Autores associados LTDA. 2019, p.1.

MARGOLINAS, Claire. **Task Design in Mathematics Education**. Proceedings of ICMI Study 22. Reino Unido: Oxford. 2013, p.10.

NASCIMENTO, Ana Alice Nogueira. Educação financeira nas escolas: uma abordagem participativa. **Unificada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 40–54, 2020. Disponível em: <http://revista.faespp.com.br/index.php/Unificada/article/view/37>. Acesso: 16 fev. 2021.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Jul., 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

OLIVEIRA, Marilene; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; VIEIRA, Glauciane. Educação financeira: Análise dos cadernos do MEC para os anos iniciais. **Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 6, n.13, p. 62–81, 2019, Disponível em: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.3273>. Acesso em: 16 fev. 2021.

REBELLO, Ana Paula; ROCHA FILHO, João Bernardes. Educação Financeira: Uma Proposta Pedagógica Para Alunos Do Ensino Médio Politécnico. **Holos**, v.6, p.308-314, nov. 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3645>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. **Bolema**, Rio Claro (SP), v.13, n.14, p.1-24. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10635>. Acesso em: 30 dez 2021.

SILVA, Daniella Flores. Educação Financeira Como Prática Pedagógica. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.7, n.3, p. 1056–1067, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/reps.v7i3.9897>. Acesso em: 22 dez. 2020.

IKUTA, Cristina Miho Takahashi et. al. Educação financeira para crianças: relato de experiência de um projeto de extensão. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC**, v. 3, n. 5, p. 15–25, nov. 2016. . Disponível em: <https://doi.org/10.35700/ca20160515-252028>. Acesso em:22 Dez. 2020.

SILVA, Amarildo Melchiades; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. **Anais do XI Encontro Nacional de educação matemática: retrospectivas e perspectivas**, Curitiba, p. 1- 15, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/5940248-Um-programa-de-educacao-financeira-para-a-matematica-escolar-da-educacao-basica.html>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LIMA, Rosimery Alves De Almeida, et. al. Educação Financeira Infantil: Brincando Com Dinheiro. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC**, v.3, n. 4, p. 46–54, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35700/ca20160446-541867>. Acesso em: 22 dez. 2020

ZERO, Arethuza Helena. **Educação financeira será disciplina obrigatória nas escolas em 2020**. Disponível em: <https://www.educafinanceira.com.br/a-importancia-da-educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 04 agost 2022

Recebido em 16/06/2024 – Aprovado em 06/11/2024